



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
**Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201980000761	Distribuição: 22/05/2019
Número Único: 0000739-47.2019.8.25.0062	Competência: Porto da Folha
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: DENY FREITAS RESENDE  
Endereço:  
Complemento:  
Bairro:  
Cidade: PORTO DA FOLHA - Estado: SE - CEP: 49800000  
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201980000761

**DATA:**

22/05/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201980000761, referente ao protocolo nº 20190520192406203, do dia 20/05/2019, às 19h24min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE PORTO DA FOLHA – SERGIPE**

**DENY FREITAS RESENDE**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 38433770 SSP/SE e CPF nº 081.869.025-97, residente e domiciliado na Rua Reg. Artur Passos, nº 199, Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49.800-000, Tel.: (79) 99961-5644, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 27 de Maio de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/NXR 160 BROS, ano 2017/2018, cor preta, placa QMB-9627,





CHASSSI 9C2KD1000JR106764, Porto da Folha/SE, em nome de Antônio Pedro de S. Fontes, quando nas proximidades da ponte dos canudos, fez uma curva de forma brusca e ao passar por um amontoado de areia, a motocicleta derrapou, vindo o Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo

Destarte, o Requerente sofreu fratura no rádio e ulna em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 10 de Dezembro de 2018, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 10 de Dezembro de 2018, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esgotamento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**





EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a





não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 20 de Maio de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## **ANEXO I**

### **QUESITOS PARA PERÍCIA**

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Denny Freitas Resende, brasileiro, estudante solteiro, inscrito no RG sob N° 38433770 SSP/SE e no CPF sob N° 081.869.025-92 residente e domiciliado na Rua Reg. Arthur Farias, nº 199, Centro, Parte da Folha 1 SE, CEP: 49.800-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N.ª Sra. da Glória/SE, 09 de Maio de 2019

Denny Freitas Resende  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Demy Freitas Resende, brasileiro, solteiro,  
estudante, inscrito no RG sob nº 3843377-0  
SSP/SE, e no CPF sob nº 081.869.025-97,  
residente e domiciliado na Rua Rsg. Arthur  
Passos, nº 199, Centro, Porto da Folha/SE,  
CPF: 49.800-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sra. da Glória/SE, 09 de Maio de 2019

X Demy Freitas Resende  
Assinatura





**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Eu, Denny Freitas Resende, portador(a)  
do RG sob n. 38433770 expedido pelo SSP/SE em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e no  
CPF sob n. 081.869.025-97, venho, por meio desta, declarar que resido  
neste endereço: Rua Reg. Arthur Passos, nº 199,  
Bairro: Centro, Cidade: Porto da Folha,  
UF SE, CEP: 49.800-000.

N. Sra. da Glória/SE 09 de Maio de 2019

x Denny Freitas Resende  
Assinatura



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

161.25535.15-1

8145434

0050

SE

Deny Freitas Resende



2018 29 544009690  
X/ Q Q A 8 P 3

SELO DE AUTENTICAÇÃO  
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO

JOANA K. MELO DE ARAUJO  
Escrevente Autenticada

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

DENY FREITAS RESENDE

FILIAÇÃO: ERIVANIA FREITAS RESENDE  
JOSE CARLOS RESENDE

NASCIMENTO: 20/10/1999

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

NATURALIDADE: PORTO DA FOLHA - SE

DOCUMENTO: R.G. - 9843370 - 2801/2015 - SSP - SE

LEI Nº 9.049, DE 10 DE MAIO DE 1995

CNPJ: 081.869.025-97

TIT. ELEITOR: CNH: 0050

LOCAL DE EMISSÃO: ARAJE - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

DATA DE EMISSÃO: 29/01/2018

CELTONI CARLOS RESENDE  
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE PARA DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DA INTERIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO  
B - SER ILÍTIMO | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA



**DESO**  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE BRASÍLIA

DESO: Rua Capão do Boto, 281, 12 de Julho, Brasília-DF, 70820-900  
CNPJ: 07.046.173/0001-00 - INSC. EST. DO DF: 06.109.102-2

**FATURA MENSAL**

**Matrícula**  
294294 1

**CLIENTE**  
LIRIVANIA FREITAS RESENDE  
RUA REG. ARTUR PASSOS, 199, PORTO DA FOLHA, 49800-000

**Medição Anterior** 559002/00353 **Data de Leitura** 27/03/2019 **Medição** A07S481943 **Consumo** 481943

Medição Anterior	Data de Leitura	Medição	Consumo
559002/00353	27/03/2019	A07S481943	481943

**LEI**  
Leit. Anterior: 776  
Leit. Atual: 780  
Consumo Faturado (m³): 4  
Medida de consumo (m³): 4  
Medição de Consumo (m³): 4  
Data da Leit. Anterior: 26/02/19  
Data da Leit. Atual: 27/03/19  
Multa (m³ x R\$): 0,00  
Previsão de Consumo (m³): 26/04/19

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

Medição	Data	Consumo
02/18	00000	
01/19	00000	
12/18	00000	
11/18	00000	
10/18	00000	
09/18	00000	

**PREVISÃO DE INÍCIOS DE FATURAMENTO**  
COPIME: 3,02

**SERVIÇOS**

Serviço	Valor
AGUA	37,74
SUJEITO	0,00
180 MULTA P/IMPONTUALIDADE	0,73
180 MULTA P/IMPONTUALIDADE	0,72
91 JUROS DE MORA	0,42
91 JUROS DE MORA	0,04
94 ATUALIZACAO MONETARIA	0,13
94 ATUALIZACAO MONETARIA	0,01

**03/2019** **VENCIMENTO: 03/04/2019** **TOTAL A PAGAR R\$** 39,79

AJUSTE TARIFARIO E DE SERVIÇOS APROVADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL EM 01/2019 DE 5,89%, A SER APLICADO NAS FATURAS EMITIDAS A PARTIR DE 01/03/2019

prazo de pagamento desta fatura de (trinta) dias após seu vencimento  
ocorrerá a interrupção do fornecimento de serviços - art. 91,  
Decreto Lei nº 27.565/2019.

**CANALIS DE ATENDIMENTO: 0800 076 0195 - SAC: 4020-0195**  
**AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-sa.com.br/agenciavirtual**

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 6.440/2005 - Art. 5º inciso I)

Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	pH	Coliformes Totais	Coliformes Fecais
Módulo de Amostragem Exigido	40	10	80		40	
Módulo de Amostragem Atualizada	40	40	80		40	40
Atendimento ao Cliente	33	37	40		40	40

**DESO**

**COMPROMISSO DA DESO**

Matrícula	Data
294294 1	03/04/2019

**TOTAL A PAGAR R\$** 39,79





**DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA**

PCA PE OLIVEIRA, CENTRO FONE: (79)3349-1238

**RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06580.0-000365**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA

Endereço: PCA PE OLIVEIRA, CENTRO FONE: (79)3349-1238

**FATO**

Data e Hora do Fato: 27/05/2018 - 19:00 até 27/05/2018 - 19:00

Endereço: ESTRADA DOS CANUDOS Número: Complemento: PRÓXIMO DA PONTE CEP: 49800-000

Bairro: INTERIOR DO MUNICÍPIO Cidade: PORTO DA FOLHA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

**VÍTIMA-NOTICIANTE**

Nome: DENY FREITAS RESENDE

Nome do pai: JOSÉ CARLOS RESENDE Nome da mãe: ERIVANIA FREITAS RESENDE

Pessoa: Física CPF/CGC: 081.869.025-97 RG: 38433770 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: PORTO DA FOLHA Data de nascimento: 20/10/1999 Sexo: Masculino Cor da pele: Branca

Profissão: ESTUDANTE Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 3º Grau Incompleto

Endereço: AVENIDA MINERVINO DE FARIAS Número: 1404 Complemento:

CEP: 49.800-000 Bairro: CENTRO Cidade: PORTO DA FOLHA UF: SE

Proximidades: Telefone: 99961-5644

**HISTÓRICO**

RELATA O NOTICIANTE QUE ESTAVA VINDO DO SEU TERRENO EM DIREÇÃO À ESTA URBE, QUANDO NAS PROXIMIDADES DA PONTE DOS CANUDOS, FEZ A CURVA DE FORMA BRUSCA E, AO PASSAR POR UM AMONTADO DE AREIA, A MOTOCICLETA DERRAPOU, VINDO O NOTICIANTE A CAIR, FRATURANDO DOIS OSSOS, A SABER, "RADIO" E "ULNA", ALÉM DE ALGUMAS ESCORIAÇÕES PELO CORPO; QUE A MOTO SE ENCONTRA SOB A PROPRIEDADE DE ANTONIO PEDRO DE S. FONTES, COM PLACA QMB9627, CHASSI 9C2KD1000JR106764, MARCA/MODELO HONDA NXR 160 BROS, ANO 2017/2018, COR PRETA; QUE PRESTA ESSE BOLETIM COM VISTAS A FAZER JUS AO SEGURO DPVAT. É O RELATO.

Data e hora da comunicação: 30/08/2018 às 11:19

Última Alteração: 30/08/2018 às 11:17.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

DENY FREITAS RESENDE  
Responsável pela comunicação

Alcimar de Souza Sa  
Responsável pelo preenchimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PORTO DA FOLHA - SE

CARTÃO SUS Nº

REGISTRO Nº

NOME:	DEVY FRUITAS RZEND	RAÇA/COR:	
SEXO MASC. (x) FEM. ( )	IDADE: 38	DATA DE NASC.	20/10/1999
RG: 3843377-0	SSP: 5066666	Nº DO SISPRENATAL:	
DATA DA ADMISSÃO: 27/05/2018	HORA: 19:00	Est. Civil:	Solteiro
FILIAÇÃO:	PAI: JOSÉ LUIZ RZEND	MÃE: INIVANIA FRUITAS RZEND	
ENDEREÇO:	Av. ...	BAIRRO:	...
CIDADE:	Porto da Folha	Profissão:	Estudante
TELEFONE:			
RESPONSÁVEL PELO PACIENTE:		TELEFONE DO RESPONSÁVEL:	
GRAU DE PARENTESCO:			
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:			
MÉDICO RESPONSÁVEL:			
DIAGNOSTICO:			

DATA	HORA	ANAMNESE E EXAMES FÍSICO
27/05/18	19:00	Acidente motociclístico durante o tempo de noite de hoje com fratura em porção e deformidade de um terço da antebraço E. Nega outras queixas.

DATA	HORA	EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DAS MEDICAÇÕES
		Ax do antebraço E; Fratura em Rádio e Ulna E (porção mediana)	
		HP: Fratura em Rádio e Ulna a E	
		cd: (1) Dipirona 01amp	250ml SFO, 9% E
		(2) Ketorolaco 01amp	
		(3) Encaixar o paciente	

EXAMES SOLICITADOS	ULTRASSONOGRAFIA:	RAIO X:	LABORATÓRIO:
		90 alto padaria	
		DESTINO	
TRANSFERÊNCIAS	ADMISSÃO NO PS (até 24h)	INTERNAÇÃO	
ALTA - DATA:	HORA:	ÓBITO - DATA:	HORA:
ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL:	(AS 22:10), Alia	Dr. Sydney Corrêa Lato	MEDICO CRMSE 4403
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:			



HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

1736270

DATA: 07/06/2018 HORA: 06:52 USUARIO: CMSLEITE  
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

DOC...:  
SEXO...: MASCULINO  
NUMERO: 1404

CEP...: 49800-000  
TEL...: 98891739

UF: SE  
/ERIVANIA FREITAS RESENDE

TRAUMA: NAO

PLANO DE SAUDE...: NAO  
VEIO DE AMBULANCIA: NAO

NOME: DENY FREITAS RESENDE  
IDADE: 18 ANOS NASC: 20/10/1999  
ENDEREÇO: RUA MINERVINO  
CEP: 707602296866693 BAIRRO:  
Cidade: PORTO DA FOLHA  
Pai/Mãe: JOSE CARLOS RESENDE  
Responsável: AMIGA-MARIA  
Residência: PORTO DA FOLHA  
Motivo: TRAUMA  
Profissional: NAO  
Trabalho: NAO

Pressão: [ ] mmHg [ ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

EXPOSTA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

SINAIS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

SINAIS DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ HORA DA SAIDA: \_\_\_:\_\_\_  
DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):  
TEMPO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. P

Assinatura do Paciente/Responsável

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

## RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: DELY FREITAS RESENDE

DATA DA ENTRADA: 02/06/2018

DATA DA SAÍDA: 08/06/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (x) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

### HISTÓRICO CLÍNICO:

PACIENTE LITIGA DE TRAUMA EM ANTERIORES  
ESQUELETO POR FRATURA DE RADIO E ULNA, TRATADO  
PROVISORIAMENTE. TEVE ALTA PARA MARCAÇÃO DO TRATAMENTO  
CIRÚRGICO DEFINITIVO. 02-06-18.

### HISTÓRICO CIRÚRGICO:

A CIRURGIA FOI MARCADA PARA OUTRA DATA

### EXAMES COMPLEMENTARES:

RADIOGRAFIA

### MÉDICOS ASSISTENTES:

DR. WASHINGTON BATISTA

DR. LUCIANO OLIVEIRA JUNIOR

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (x) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 12 de NOVEMBRO de 2018

Izac Souza de Mendonça  
CPF: 201.951.925 - 91  
Médico  
CRM / SE 1518

Izac Souza de Mendonça  
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Izac Souza de Mendonça  
CPF: 201.951.925 - 91  
Médico  
CRM / SE 1518





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201980000761

**DATA:**

22/05/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos conclusos.{Via Movimentação em Lote nº 201900104}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201980000761

**DATA:**

23/05/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Porto da Folha**

Nº Processo 201980000761 - Número Único: 0000739-47.2019.8.25.0062

Autor: DENY FREITAS RESENDE

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e ss. do CPC.

Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC).

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Fortuna de Mendonça, Juiz(a) de Porto da Folha**, em **23/05/2019**, às **10:35:42**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001272648-09**.





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201980000761

**DATA:**

03/06/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi AR 201980003241

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201980000761

**DATA:**

03/06/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201980003241 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Porto da Folha  
Rua Augusto César Leite, Nº189  
Bairro - Centro Cidade - Porto da Folha  
Cep - 49800-000 Telefone - (79)3349-1229

Normal(Justiça Gratuita)



201980003241

PROCESSO: 201980000761 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000739-47.2019.8.25.0062  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: DENY FREITAS RESENDE  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

**Finalidade:** Responder em 15 dias dias.

**Despacho:** Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC).

Atenciosamente,

**Ilmº (a) Sr(a)**

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MATHEUS MESQUITA DE CARVALHO**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Porto da Folha**, em 03/06/2019, às 18:31:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001382231-81**.